



VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

Clarice Calista Dutra¹
Luan Talles de Araújo Brito²

RESUMO

Partindo do entendimento de que é necessário viabilizar um ensino de língua materna mais produtivo e descritivo, que não se limite à exploração da norma padrão ou da variedade culta do português brasileiro, o presente estudo tem por objetivo geral discutir a relevância do ensino da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Com efeito, esta pesquisa discorre a respeito das particularidades inerentes ao fenômeno da variação, conceituando e problematizando o preconceito linguístico e fazendo uma análise, inclusive, do que norteiam os principais documentos da educação para o ensino linguístico no Ensino Médio. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que teve como embasamento teórico as contribuições de estudiosos linguistas e, de modo especial, pesquisadores da sociolinguística variacionista, cujos conceitos foram importantes para conduzir a discussão sobre o tema, a exemplo de Bagno (2002, 2003, 2007), Brasil (1998), Bortoni-Ricardo (2005), Cagliari (1990), Labov (2008), dentre outros. Verificou-se que o Ensino de Língua Portuguesa no segmento do Ensino Médio deve considerar, além do ensino da variedade culta, uma análise abrangente dos fenômenos linguageiros para que os alunos tenham uma maior aprendizagem e conheçam as variantes linguísticas contestando, assim, o preconceito linguístico. Ressalta-se que os documentos direcionadores da prática docente nesta etapa da Educação Básica, como os PCNEM, sugerem uma prática pedagógica que contemple a exploração de diferentes gêneros textuais que possam exemplificar os diversos usos da linguagem.

Palavras-chave: Ensino, Português brasileiro, Variação linguística, Ensino Médio, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A linguagem pode ser compreendida como um ato de extrema valia para a construção mútua de conhecimentos, tendo em vista que ela representa, desde suas origens, uma das estratégias que os sujeitos estabeleceram com o intuito de expressar as suas ideias e comunicar-se com o seu próximo.

¹Especialista em Ciências da Linguagem Com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Licenciada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: clarice_calista@hotmail.com.

²Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Professor de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus Pau dos Ferros*. E-mail: luan.brito@ifrn.edu.br.



Nessa perspectiva, a linguagem atende, em sua essência, à necessidade humana de comunicação, de transmitir e receber informações, mensagens e ideias em um determinado contexto social, histórico e cultural. Com efeito, a comunicação torna-se fundamental para a vida em sociedade.

Assim, com a expansão do conhecimento, no decorrer do tempo, e as diferentes influências de fatores de ordem social, econômica e cultural, por exemplo, a linguagem foi sendo construída, expandida e ressignificada, tendo em vista a grande contribuição dos sujeitos no constante e ininterrupto processo comunicativo.

Desta maneira, o fenômeno da variação linguística é concebido como um movimento natural e inerente à língua e que compreende todo um conjunto de diferenças de expressividade linguística de um determinado grupo de falantes.

Isto posto, reiteramos que este estudo traz como título “Variação linguística no ensino médio: uma abordagem necessária” e tem o objetivo principal de discutir a relevância do ensino da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Além disso, são objetivos específicos da pesquisa: entender o fenômeno da variação linguística; conhecer as principais diretrizes sobre o ensino de Língua e linguagem no Ensino Médio; refletir sobre as contribuições do trabalho com a variação linguística para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio.

O interesse pela temática justifica-se tendo em vista a compreensão da língua não somente como mecanismo de comunicação, mas como parte constitutiva da identidade dos sujeitos mostrando-se também como instrumento de poder desde as gerações mais primitivas.

Logo, em face dessa percepção, nossa pesquisa transita em torno não apenas do conceito de variação linguística e da conscientização acerca do preconceito linguístico, mas também intenciona fazer uma reflexão acerca da sua importância e seu espaço no ensino de Língua Portuguesa na etapa do Ensino Médio.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que teve o embasamento dos pressupostos teórico-metodológicos de determinados pesquisadores, como Bagno (2002, 2003, 2007), Brasil (1998), Bortoni-Ricardo (2005), Cagliari (1990), Coelho *et al.* (2015), Petter (2015), dentre outros estudiosos da área da Sociolinguística cujas contribuições são primordiais para o confronto das ideias discutidas ao longo do artigo.

Nos próximos tópicos, apresentamos os aspectos metodológicos, bem como a discussão focalizando algumas categorias teóricas e os norteamentos de alguns documentos educacionais, com o fito de atendermos aos objetivos desta pesquisa. Em seguida, são



expostas as considerações finais e as referências das obras que serviram de base para a realização do trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa científica parte da formulação de um problema que conduzirá todo o estudo (GIL, 2002). Com isso, para o desenvolvimento desse trabalho, foi formulado o seguinte questionamento: “Qual a importância de se trabalhar a variação linguística na disciplina de Língua portuguesa no Ensino Médio?”. Essa pergunta surgiu da necessidade de conhecer o trabalho com a variação linguística nas aulas desse segmento educacional tendo como contributo para análise os conhecimentos de autores cujos trabalhos se voltam a esta temática e que exploram aspectos da sociolinguística variacionista, definem o que é preconceito linguístico, além de abordarem competências e diretrizes necessárias para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, especificamente, às fontes de informação, este trabalho pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica, cujo embasamento teórico fundamenta-se em Bagno (2002, 2003, 2007), Brasil (1998), Bortoni-Ricardo (2005), Cagliari (1990), Coelho *et al.* (2015), dentre outros estudos. Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, o artigo ora apresentado enquadra-se na perspectiva da pesquisa exploratória (ANDRADE, 1993), uma vez que a finalidade da investigação está relacionada a proporcionar maiores informações acerca de um dado assunto, neste caso, do ensino de variação linguística em uma etapa específica da educação básica, explorando, assim, conceitos como língua e linguagem, variação linguística, a relação entre a língua e o contexto histórico bem como a análise das competências em Língua Portuguesa a serem desenvolvidas no Ensino Médio.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo científico da linguagem

Entende-se que o ser humano busca, desde a formação das primeiras civilizações, os mais distintos recursos que possibilitem a sua comunicação. Com efeito, a necessidade de comunicar-se é característica indissociável da evolução da humanidade e tem desenvolvido ao



decorrer do tempo formas variadas de expressar ideias nos mais diferentes contextos sócio históricos.

Nessa perspectiva, a linguagem assume destaque na trajetória humana tendo em vista que seu surgimento e estudo têm origem antiga e despertam o interesse dos indivíduos até a contemporaneidade. Sobre esse aspecto:

O interesse pela linguagem é muito antigo, expresso por mitos, lendas, cantos, rituais ou por trabalhos eruditos que buscam conhecer essa capacidade humana. Remontam ao século IV a.C. os primeiros estudos. Inicialmente, foram razões religiosas que levaram os hindus a estudar a sua língua, para que os textos sagrados reunidos no *Veda* não sofressem modificações no momento de ser proferidos. (PETTER, 2015, p.12)

Dessa forma, conforme destaca a autora acima mencionada, embora tenham motivações diferentes, os estudos acerca da linguagem estão presentes em todas as fases do desenvolvimento do ser humano, haja vista a necessidade que este possui de manifestar suas necessidades e ideias e interagir com os demais membros da sociedade.

Petter (2015) lembra, ainda, que os estudos em torno da linguagem tiveram inúmeras contribuições e facetas ao longo dos anos e foi, precisamente, no início do século XX que esses estudos adquiriram um caráter científico. Por meio da divulgação dos trabalhos realizados pelo professor da Universidade de Genebra, Ferdinand de Saussure, a linguagem passou a ser reconhecida como estudo científico. Posteriormente, em 1916, dois alunos do pesquisador publicaram o *Curso de Linguística Geral*, tendo como base as anotações colhidas nas aulas de Saussure. Surgiu, a partir de então, a afirmação do caráter científico da Linguística, que objetiva analisar a linguagem humana.

Partindo desse momento, vários estudiosos foram instigados a apresentar as suas definições de linguagem. Vale destacar que, como todo pesquisador, cada linguista optou por um recorte científico e privilegiou aspectos diferenciados que, ao longo das décadas, agregaram valor aos estudos da Linguística e inspiraram análises ainda mais profícuas dessa ciência. Sobre o conceito saussureano de língua sabe-se que a “*Língua* – sistema linguístico socializado- de Saussure aproxima a Linguística da Sociologia ou da Psicologia Social; a *competência* – conhecimento linguístico internalizado – aproxima a Linguística da Psicologia Cognitiva ou da Biologia” (PETTER, 2015, p.15, grifos da autora).

Essas particularidades essenciais ao conceito de língua abordado por Saussure aproximam a referida ciência de outras esferas do conhecimento, como por exemplo, da psicologia, para uma maior e melhor compreensão acerca dos fenômenos que a regem. A



partir da legitimação da Linguística como ciência muitos outros estudos foram desenvolvidos, ora seguindo uma vertente mais formalista na abordagem dos fenômenos languageiros, ora propondo uma abordagem mais funcionalista, explorando aspectos que ultrapassam a análise estrutural, levando em conta, por exemplo, fatores extralinguísticos, sejam eles pragmáticos, discursivos ou sociais. É na linha de abordagem dos aspectos sociais imbricados nos fenômenos da linguagem que se direciona o foco deste trabalho.

O fenômeno da variação linguística

Assim como existem múltiplas expressões culturais coabitando em meio a uma vastidão de sociedades igualmente diversas, também a **variação linguística** está intimamente ligada à linguagem humana. Inquestionavelmente, quer seja falada, quer seja escrita, toda **língua** apresenta variedades.

Conforme destacam Coelho *et al.* (2015) para compreender o conceito de variedade é necessário refletir sobre a fala das pessoas de um modo geral: de familiares, de pessoas da universidade, do ambiente de trabalho ou mesmo do supermercado frequentado. A autora ratifica, com isso, o fato de que todos esses falantes apresentam semelhanças e diferenças no que se refere à linguagem. Desta maneira:

O que une a fala das pessoas em quem pensamos é o fato de elas falarem português. Observamos também que, embora todas elas falem a mesma língua, existem algumas características que diferenciam a fala de um determinado grupo social da fala de outro grupo. Damos o nome de *variedade* à fala característica de determinado grupo. (COELHO *et al.* 2015, p.14, grifos dos autores).

Isto posto, o conceito de variedade compreende as especificidades que constituem a fala de um dado grupo social. Ainda, o posicionamento da autora supracitada remete a certas características que se enquadram em critérios que se assentam no arcabouço teórico de William Labov, principal expoente da sociolinguística variacionista, ciência que promoveu uma ampliação do conceito de língua redefinindo-a como um sistema heterogêneo.

Com efeito, Labov (2008) aborda alguns tipos de variação linguística, que são: diatópica ou geográfica, diastrática, diafásica e diageracional. Cada tipo de variação resulta da atuação de fatores extralinguísticos diversos.



De acordo com Coelho *et al.* (2015), a variação diatópica permite a identificação, por vezes de modo preciso, da origem de uma pessoa através do modo como ela fala. Precisamente por essa característica, ela também é denominada de variação geográfica.

A variação diastrática ou social, como sugere o próprio termo, carrega marcas de diferentes características sociais dos falantes. Dentre os principais condicionadores sociais frequentemente associados à variação encontram-se: o grau de escolaridade, o nível socioeconômico, o sexo/gênero e a faixa etária.

Por sua vez, a variação diafásica ou estilística é “resultante dos diferentes papéis sociais que desempenhamos nas diferentes situações comunicativas” (COELHO *et al.*, 2015, p. 46).

É válido destacar, ainda, a variedade culta da língua inserida na variação diastrática, associada à elite social e que é, geralmente, usada pelos falantes mais escolarizados, sendo, portanto, a variedade priorizada no ensino escolar.

Bagno (2007) ratifica o pensamento defendido pelos autores anteriormente citados ao lembrar que, na concepção dos sociolinguistas, a língua é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável e está sempre em construção e reconstrução. Ora, esse fato se contrapõe incisivamente à ideia arraigada de que a língua é homogênea e imutável. Ainda sobre esse enfoque, o autor argumenta que:

A língua é um *processo*, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma *atividade social*, um *trabalho coletivo*, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita. (BAGNO, 2007, p.36, grifos do autor).

Novamente, o pensamento do pesquisador remete a uma concepção de língua oriunda do âmago da sociedade, cuja mesma é construída por todos os seus falantes sendo, portanto, constantemente ressignificada por eles.

Coelho *et al.* (2015) afirmam que, ainda que não seja a variante mais usada por uma comunidade, a variante padrão costuma ser, geralmente, a variante de prestígio. Isto ocorre, porque, de acordo com os autores, no que concerne à variação, as variantes recebem valores distintos pela comunidade.

Por outro lado, a variante não padrão é muitas vezes estigmatizada, originando com isso, o chamado *preconceito linguístico* que tende a segregar os falantes através da desvalorização e inferiorização com base na ideia de que apenas a variedade culta da língua é a “correta.”



A relação entre língua e (des)prestígio social

Certamente, compreender a língua é tarefa que requer um olhar atento em torno dos múltiplos detalhes que a constituem. Como produto de uma determinada sociedade e de um contexto histórico, a língua possui aspectos diferentes em sua representação e essas dessemelhanças são, justamente, o que a tornam atrativa e digna de melhor conhecimento.

Notoriamente, a norma culta³ surge como a variedade da Língua Portuguesa de maior prestígio social. Isso ocorre, portanto, pela ideologia em torno da sua origem que a consagrou ao longo dos anos. Sobre esse aspecto:

O prestígio associado ao português padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.14, grifos nossos).

Ora, o discurso da estudiosa supracitada remete a dois importantes fatos imprescindíveis ao amplo entendimento da Língua: o questionamento acerca do prestígio relacionado ao português padrão e, concomitantemente, ao entendimento não apenas da existência desse prestígio, mas de forma consciente, do estudo profundo da sua importância e da necessidade de informação também sobre as especificidades da norma culta do português. Com efeito:

Se a padronização é impositiva, não deixa de ser também necessária. Ela está na base de todo estado moderno, independentemente de regime político, na formação do seu aparato institucional burocrático, bem como no desenvolvimento do acervo tecnológico e científico. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.14-15).

Seguramente, tal posicionamento evidencia que a padronização da língua é tão necessária quanto o estudo das demais variantes. Justamente, ela está associada ao crescimento econômico e tecnológico dos países e propicia, inclusive, uma expansão científica. Tendo em vista tal afirmativa, “o problema não parece estar, pois, na existência de

³ Para efeito de esclarecimento, empregamos, ao longo do trabalho, o termo “norma culta” como um equivalente do que na verdade se refere às variedades socialmente prestigiadas do português do Brasil. Seguimos, pois, a noção empregada em empreendimentos científicos, segundo a qual “a norma culta se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população”, conforme expõe Bagno (2003, p. 51).



um código padrão, mas no *acesso restrito* que grandes segmentos da população têm a ele.” (BORTONI-RICARDO, p. 15, grifos nossos).

Com efeito, o acesso que é negado a tantos falantes da esfera social como um todo, representa a base que desencadeia mais um produto da desigualdade social: o chamado *preconceito linguístico*. Além disso, os grupos de falantes que não se utilizam da norma culta do português brasileiro têm dificuldades de plena inserção na sociedade no que se refere precisamente às oportunidades que o domínio da língua padrão oportuniza.

Petter (2015) reforça essa ideia ao defender que:

Abordar a língua exclusivamente sob uma perspectiva normativa contribui para gerar uma série de falsos conceitos e até preconceitos, que vêm sendo desmistificados pela Linguística. Em primeiro lugar, está suficientemente demonstrado que a língua escrita não pode ser modelo para a língua falada. (PETTER, 2015, p.20).

Com isso, a autora enfatiza que tanto a língua falada quanto a língua escrita possuem as suas especificidades, logo, demandam abordagens diferentes para o seu entendimento. Ela destaca ainda, que as duas formas de expressão da língua se diferem tanto na organização quanto nos usos sociais a ela imputados. Nessa perspectiva, a língua pode assumir diferentes características a depender do contexto sócio histórico em que são expressas.

O estudo da variação linguística no Ensino Médio

O Ensino Médio compreende a última etapa da educação básica que antecede o Ensino Superior. Com efeito, neste segmento, os sujeitos terão de aperfeiçoar os saberes apreendidos nas demais etapas do ensino básico além de terem acesso a níveis maiores de conhecimento, ao mesmo tempo em que se preparam para o ingresso no nível superior e, posteriormente, no mercado de trabalho.

Nesse sentido, entende-se que a escola deve propiciar um ambiente de respeito à pluralidade linguística através do qual os alunos terão conhecimento do caráter transformacional e diversificado naturalmente relacionado à linguagem. Desta forma, é oportuno mediar o ensino de língua de modo dinâmico tendo em vista que:



A aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e linguística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões mais próximos da escrita (BRASIL, 1998, p.30).

Ora, conforme sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM, o ensino pautado no uso de diferentes gêneros textuais favorece a abordagem da língua e estimula o debate em torno da variação, haja vista que os múltiplos textos oferecem uma série de características distintas que exemplificam os atos linguajeiros e seus usos também de formas diferenciadas.

Vale fazer, ainda, um breve respaldo sobre as mudanças políticas propostas para o Ensino Médio que propiciaram a implantação de um ensino integral nas escolas do país com uma nova proposta curricular. Assim, de acordo com o novo modelo, o aluno poderá escolher o seu currículo considerando as aspirações acadêmicas e profissionais que se adequem aos seus objetivos e aptidões.

Para tanto, tem sido realizada gradualmente uma ampliação da jornada escolar e, precisamente, o aumento de escolas em tempo integral. Os conteúdos oferecidos são os que estão previstos na Base Nacional Comum Curricular e outras mil e duzentas horas com o currículo adaptado conforme as necessidades e interesses dos alunos.

Cabe, pois, à escola a importante tarefa de proporcionar aos estudantes dessa etapa, oportunidades que lhes favorecerão o pleno desenvolvimento das suas potencialidades. Sobre o papel da escola, no que compete ao ensino de Língua Portuguesa, Cagliari (1990) reforça que:

A língua é falada por pessoas e as pessoas usam e abusam da língua, inclusive para justificar seus preconceitos. Portanto, a escola tem que fazer do ensino de português uma forma de o aluno compreender melhor a sociedade em que vivemos, o que ela espera de cada um linguisticamente e o que podemos fazer usando essa ou aquela variedade do português. (CAGLIARI, 1990, p.48).

Desta forma, o autor supracitado sugere um ensino baseado numa compreensão de linguagem para além da norma culta. Com efeito, vale destacar que esse posicionamento propõe a compreensão plena da Língua tomando como base a percepção acerca das características que a fazem tão peculiar, considerando as variantes e a norma culta de modo



que o aluno possa compreender, também, a sociedade na qual está inserido e ter a consciência de que cada variante possui seu valor.

Sobre este aspecto, Bagno (2002) assegura que:

Parece ser mais interessante (por ser mais democrático) estimular, nas aulas de Língua, um conhecimento cada vez maior e melhor de todas as variedades sociolinguísticas, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local de espaço exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos. (BAGNO, 2002, p. 32).

Com isso, Bagno (2002) reforça o pensamento de que a aula de Língua Portuguesa deve ser dinâmica e apresentar aos discentes as variedades sociolinguísticas de forma harmônica sem, no entanto, dirimir-se do objetivo de ensinar as concepções normativas imprescindíveis no que diz respeito ao conhecimento e domínio da variedade culta, a qual é exigida em diferentes situações comunicativa do viver em sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos aqui detalhados evidenciaram que a língua é um sistema que se transforma naturalmente a partir de aspectos de ordem cultural, social e histórico. Nessa perspectiva, conforme fora debatido, o mito de unidade linguística não tem respaldo para ser sustentado tendo em vista que é notória a existência de diversas outras formas de manifestação linguística do português brasileiro.

Além disso, os conceitos e aspectos abordados pelos autores que embasaram a discussão apontam para o fato de que um ensino eficiente e aprofundado de Língua Portuguesa requer do profissional da área um maior dinamismo e inovação para que não se detenha somente ao ensino da norma culta do português. Sobre esta, é preciso frisar que se trata de uma convenção linguística cujo prestígio está enraizado na história do Brasil tendo sido elencada, ao longo do tempo, como o modelo a ser ensinado nas escolas. Assim, vê-se a estreita relação entre o *status*, o crescimento social e, especialmente econômico, atrelado à variante de maior prestígio haja vista que quanto maior o domínio da norma culta, maiores os níveis de letramento do sujeito e maiores as chances de alcance de uma profissão e, por conseguinte, ascensão social.

Contudo, o percurso histórico do ensino de Língua Portuguesa no país revelou uma ênfase na norma culta e um desinteresse, por parte de muitos educadores, em levar para o



cotidiano das aulas, gêneros textuais que abordassem a variação linguística. Com o surgimento dos estudos sociolinguísticos, especialmente da sociolinguística variacionista, os pesquisadores e profissionais da área se debruçaram sobre o fenômeno da variação que tem sido, ao longo dos últimos anos, um objeto de estudo mais contemplado nas salas de aula.

Assim sendo, viu-se que o preconceito linguístico decorre da ideia errônea de que a Língua é imutável e da unidade linguística, ideia que sustenta que apenas a norma padrão ou a variedade prestigiada do português brasileiro deve ser considerada. No entanto, os estudos revelam que todas as variantes linguísticas têm espaço no legado linguístico do português no Brasil e são legítimas assim como a norma culta.

Desta maneira, percebeu-se que as diretrizes para ensino de linguístico no Ensino Médio apontam, justamente, para uma compreensão mais abrangente da Língua Portuguesa, realizando uma exploração não apenas da variante culta, mas também das variantes de menor prestígio social que são, geralmente, desconhecidas e desvalorizadas. Nessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa no segmento do Ensino Médio deve ser renovador e ceder espaço para o conhecimento mais detalhado da língua em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das ideias aqui problematizadas, pode-se constatar que a língua é um sistema linguístico diversificado e, por esta razão, é importante que o profissional da área busque estratégias de ensino que se voltem para esta diversidade analisando as múltiplas formas de manifestação dos fenômenos linguageiros.

Verificou-se que o preconceito linguístico resulta de uma abordagem tradicionalista dos estudos da linguagem que atribuíram à Língua Portuguesa um caráter imutável negando a legitimidade das variantes não padronizadas desse idioma.

Contudo, o que se observa é que a variabilidade é característica imanente da língua e é preciso que o educador contemple esses aspectos em suas intervenções didáticas para que os alunos conheçam a heterogeneidade linguística e não perpetuem, assim, a discriminação aos falantes das demais variantes.

Portanto, em se tratando do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, é importante fazer este debate e optar por gêneros textuais diversificados que trabalhem tanto a norma culta, quanto as demais variantes assegurando aos alunos um conhecimento maior dos fenômenos relacionados à língua que falam, reconhecendo a importância de buscarem entender a variabilidade linguística ao invés de



perpetuarem, de forma impensada, atitudes de preconceito ante determinados usos linguísticos, atentando, por outro lado, para a necessidade de automonitoramento e de adequação de seu comportamento verbal conforme a situação interativa de que participam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella. Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1990.

COELHO, Izete. Lehmkuhl.; GÖRSKI, Edair. Maria; SOUZA, Christiane. Maria Nunes de. N. e MAY, Guilherme. Henrique. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola. [1972], 2008.

PETTER, Margarida. Linguagem, Língua, Linguística. *In: Introdução à Linguística*. I. Objetos Teóricos. Editora Contexto. São Paulo: 2015.